RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

E

CONTAS DO EXERCÍCIO

PRAIA-CABO VERDE
ANO DE 2016

INDICE

1. Relatório das atividades

2. Demonstrações financeiras do exercício

3. Relatório de auditoria

4. Parecer do conselho fiscal

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

Caros Colegas
Contabilistas e Auditores Certificados,

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos aos Colegas Associados, Contabilistas e Auditores Certificados, o Relatório das Atividades da OPACC- Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relativo ao ano de 2016.

2. BREVE APRESENTAÇÃO DA ORDEM

A OPACC - Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, criada através do Decreto-Lei nº 12/2000 de 28 de Fevereiro, cujo Estatuto encontra-se publicado no Boletim Oficial nº 5, I série, de 28 de Fevereiro de 2000, é uma pessoa coletiva de direito público, independente do Estado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem por finalidade e atribuições, no essencial, as seguintes:

(i) superintender em todos os aspetos atinentes ao acesso, estatuto e exercício das profissões de Auditor Certificado e de Contabilista Certificado, atentos a relevância e o interesse público que as mesmas revestem;

(ii) definir, difundir, promover e fazer cumprir normas de ética e deontologia e normas técnicas de atuação profissional, tendo em consideração as emanadas da IFAC-International Federation of Accountants (Federação Internacional de Peritos Contabilistas);

(iii) exercer jurisdição disciplinar sobre os Associados e sobre as sociedades de Auditores Certificados e sociedades de Contabilistas Certificados;

(iv) representar e defender os interesses, direitos e prerrogativas dos seus Associados;

(v) propor ou opinar sobre medidas legislativas, regulamentares ou de qualquer outra natureza relativas à contabilidade, às profissões de Auditor Certificado e de Contabilista Certificado e aos interesses profissionais e morais dos Associados, etc.

A OPACC tem sede na cidade da Praia e jurisdição sobre o território nacional, estando distribuídos os poderes de gestão por duas Comissões Regionais, do Barlavento e do Sotavento, e admitindo-se a possibilidade de estas criarem, quando se justificar, secções regionais por ilhas.

3. ESTRUTURA E LOGÍSTICA DA ORDEM

3.1. Órgãos sociais

A estrutura orgânica da OPACC, conforme definido no Estatuto da Ordem, é a seguinte:

a) O Presidente da Ordem

O Presidente da Ordem é o órgão singular que tem, em exclusivo, funções de direcção superior da Ordem e de representação desta perante o Estado, outras entidades públicas e privadas e organizações internacionais. Cabe também ao Presidente da Ordem, entre outras, marcar as eleições, conduzir o processo eleitoral e dar posse aos Associados eleitos para os demais órgãos, etc.

b) A Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Ordem, composta por todas as pessoas singulares que estejam certificadas na qualidade de Associados. A Mesa da Assembleia é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e dois secretários. Cabe à Assembleia Geral decidir sobre todas as matérias que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto nomeadamente eleger e destituir os membros dos órgãos da Ordem; aprovar os planos, orçamentos e os relatórios e contas do Conselho Diretivo e os pareceres do Conselho Fiscal; aprovar o código de ética e deontologia profissional e demais regulamentos internos que não estejam abrangidos nas competências do Conselho Diretivo, etc.

c) O Conselho Diretivo

O Conselho Diretivo é o órgão colegial de administração e gestão da Ordem a nível nacional, sem prejuízo das competências conferidas às Comissões Regionais. O Conselho Diretivo é composto por nove Associados Certificados, dois terços dos quais, incluindo o Presidente e o Vice-Presidente, serão Auditores Certificados e um terço devem pertencer à categoria de Contabilistas Certificados. O Presidente e Vice-Presidente do Conselho Diretivo são, por inerência de funções, respetivamente, Presidente e Vice-Presidente da Ordem. Cabe ao Conselho Diretivo, nomeadamente praticar todos os atos próprios de administração e gestão da Ordem a nível nacional; elaborar e/ou aprovar os Regulamentos; exercer a competência residual, deliberando sobre todas as matérias que não se encontrem compreendidas nas competências específicas de outros órgãos da Ordem, etc.

d) As Comissões Regionais do Barlavento e Sotavento

As Comissões Regionais, no âmbito das respetivas circunscrições territoriais, exercem as funções de órgão colegial de administração da Ordem em estreita coordenação com o Conselho Diretivo. Cabe às Comissões Regionais, entre outras praticar atos próprios de administração e gestão de âmbito e carácter manifestamente regional; proceder à admissão e inscrição dos Associados e ao registo das sociedades de Auditores e Contabilistas Certificados que exerçam a sua atividade e funções na respetiva circunscrição territorial, uma vez obtido o parecer favorável do Conselho Técnico; organizar os cadastros regionais de Auditores e Contabilistas Certificados e de sociedades de Auditores e de Contabilistas Certificados, remetê - los ao Conselho Diretivo e afixar as listas de âmbito nacional fornecidas por este órgão, etc.

e) O Conselho Técnico

O Conselho Técnico é o órgão consultivo e de apoio técnico da Ordem. O Conselho Técnico é composto por cinco membros, pertencendo pelo menos três, de entre os quais o Presidente e o Vice-Presidente, à categoria de Auditor Certificado. Cabe ao Conselho Técnico, nomeadamente elaborar e propor à aprovação do órgão competente o Código de Ética e Deontologia Profissional, o Regulamento de Admissão, Estágios e Exames e as normas técnicas de atuação profissional, de Auditoria e de contabilidade, tendo em conta as internacionalmente aceites; emitir parecer sobre os processos de admissão de Associados e de registo de sociedades de Auditores e de Contabilistas Certificados, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários; propor ao Conselho Diretivo a organização ou a promoção de cursos, seminários, conferências e outras iniciativas; organizar e manter uma biblioteca de índole técnica e promover a edição de publicações técnico - profissionais, entre as quais uma Revista de Contabilidade e Auditoria, etc.

f) O Conselho Disciplinar

O Conselho Disciplinar é o órgão de jurisdição da Ordem em matéria disciplinar. O Conselho Disciplinar é composto por cinco Associados, de entre os Auditores e Contabilistas Certificados. O Presidente, o Vice-Presidente e um dos vogais terão necessariamente a categoria profissional de Auditor Certificado. Cabe ao Conselho Disciplinar, nomeadamente averiguar, inquirir e julgar em primeira instância as infrações disciplinares cometidas por Associados; elaborar parecer sobre as reclamações das empresas ou das entidades a quem os Auditores e Contabilistas Certificados prestam serviço sobre assuntos relacionados com o exercício das profissões respetivas; elaborar o projeto de Regulamento Disciplinar, sujeito a aprovação do Conselho Diretivo, etc.

g) O Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e controle da legalidade e da gestão económica e financeira da Ordem. O Conselho Fiscal é composto por três Associados, de entre os Auditores e Contabilistas Certificados, tendo o Presidente necessariamente a categoria de Auditor Certificado. Cabe ao Conselho Fiscal, entre outras, fiscalizar o cumprimento da lei, do Estatuto, dos regulamentos e das deliberações da Assembleia Geral por todos os órgãos; fiscalizar a gestão da Ordem a todos os níveis; verificar o cumprimento dos planos e orçamentos aprovados; verificar a validade das deliberações tomadas pelos órgãos da Ordem e dar conhecimento ao Presidente da Ordem de situações de nulidade ou anulabilidade; elaborar relatório da sua acção fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório e contas, etc.

3.2. Comissões especializadas

Existem as seguintes comissões no âmbito do Regulamento de Admissão, Estágios e Exames:

(i) Júri do exame para Contabilista Certificado
(ii) Júri do exame para Auditor Certificado
(iii) Comissão de acompanhamento de estágios para Contabilista Certificado
(iv) Comissão de acompanhamento de estágios para Auditor Certificado
(v) Júri da entrevista de avaliação técnico - profissional para Contabilista Certificado

(vi) Júri da entrevista de avaliação técnico - profissional para Auditor Certificado

As atribuições de cada comissão constam do citado Regulamento de Admissão, Estágios e Exames.

3.3. Instalações e pessoal de apoio logístico ao funcionamento

Instalações

A Ordem funciona em instalações próprias, a nível da sede central, sede da CRS e Academia OPACC, na Praia, e instalações arrendadas, tais como sede da CRB.

Pessoal contratado

O quadro de pessoal permanente da OPACC é constituído por, uma responsável Administrativo e Financeiro que trabalhou até o terceiro trimestre do ano de 2016 - Outubro, período que deixou as funções, para ser contratado no final do ano, mais concretamente, a 12 de Dezembro, para um período experimental de dois meses um novo responsável administrativo e financeiro, sendo que, a sua função deverá ser assegurada a partir do ano de 2017, uma Secretária na sede da OPACC – Praia, e uma Secretária – assistente administrativa afecta à Comissão Regional de Barlavento e duas Auxiliares operacionais, afectas à Sede Central e à Comissão Regional do Sotavento.

Prestadores de serviço

A Ordem vem recorrendo aos serviços um Jurista, um Técnico de web e de uma Empresa de informática, em regime de avença, bem como serviços pontuais de assistência na limpeza, manutenção e reparação das instalações e equipamentos associados. Os serviços de entidades congéneres e parceiras e de outras empresas e entidades e de trabalhadores independentes, mormente no âmbito da formação, são utilizados pontualmente, dependendo das necessidades, no âmbito do plano de formação anual, devidamente concebido.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2016

4.1. Funcionamento dos órgãos sociais

a) Ao longo do ano foram realizadas diversas reuniões periódicas a nível das Comissões Regionais, para dar andamento aos processos entrados localmente, mormente processos de pedidos de admissão na Ordem, bem como diversas reuniões deliberativas do Conselho Diretivo, para análise do funcionamento da Ordem e tomada de decisões de gestão e outras deliberações pertinentes.

b) Foram realizadas diversas reuniões da Comissão de Acompanhamento de Estágios para Contabilista Certificado, visando a emissão de parecer sobre pedidos de dispensa de estágio, bem como reuniões correntes do Conselho Técnico, para deliberar sobre pedidos de reinscrições de antigos técnicos de contas, inscritos no Ministério das Finanças, pedidos de dispensas de exames e de estágio para Contabilista Certificado, inscrição nos exames para Contabilista e para Auditor e outras deliberações pertinentes.

c) No decorrer do ano de 2016, a OPACC, implementou algumas acções, que visam dinamizar as ideias do programa concebido por altura das eleições. É certo, que durante o ano de 2016, foi o começo de iniciação e ponta pé de saída desses projectos. Pois, que era de todo necessário, preparar a arrancada, escolher os parceiros, estruturar as ideias e projectos, conseguir parcerias e financiamentos, etc, para que, em 2017 fosse uma realidade e começasse a frutificar e dar os resultados desejados. É o caso de assinaturas de vários protocolos que se pretende assinar com diversas individualidades e instituições, mas que era necessários ponderar os efeitos e ver se os produtos são adequados, é o caso da publicação de uma revista trimestral com conteúdos específicos e com forte impacto na vida dos seus profissionais, capaz de trazer e contribuir para o melhor desempenho da classe, etc.

4.2. Gestão dos processos entrados na Ordem

Em 2016, deram entrada na OPACC diversos pedidos de Associados, de Sociedades Registadas na Ordem e de Candidatos à Certificação, sobre os mais diversos assuntos. Por cada pedido é constituído um processo. Muitos dos processos, ou quase todos foram analisados e decididos conforme os casos solicitados ou requeridos, tendo como destinatários: Conselho Directivo, Conselho Técnico ou as Comissões existentes. Apresentamos a seguir um quadro com a tipologia dos processos e a situação no final do exercício.

Estatística de Processos Entrados em 2016

	Região		Despachos				Totais	
Tipo de Processo	CRB	CRS	Conselho Técnico	CRS	CRB	C. Directivo	Despachos	Pendente
Dispensa de Exame CC	9	43	43				43	9
Dispensa de Exame AC	0	6	6				6	0
Inscrição Exame CC	0	1	1				1	0
Inscrição Exame AC	0	6	6				6	0
Dispensa Estágio CC	4	5	1				1	8
Dispensa Estágio AC	0	1	0				0	1
Admissão Estágio CC	6	5	8				8	3
Admissão Estágio AC	0	2	1				1	1
Redução Estágio CC	2	0	0				1	1
Inscrição Contab. Certificado	1	3	4	3	1		4	0
Inscrição Auditor Certificado	0	1	1				1	0
Avaliação Pacto Social Soc. AC	0	0					0	0
Avaliação Pacto Social Soc. CC	0	0					0	0
Avaliação Situação Académica	0	0					0	0
Pedido de Registo Sociedade CC	0	2					0	0
Pedido de Registo Sociedade AC	0	1					0	1
Inscrição Associado Correspondente	1		1			1	1	0
Pedido de Cédula Profissional - Renovação	46	69	0	69	46		115	0
Pedido de Suspensão Temporária Voluntária	3	4		4	3		7	0
Anulação STV	2	1		1	2		3	0
Reinscrição Técnicos Contas inscritos Ministério Finanças	0	0	0				0	0
Correspondência Diversa	2	33	3		1	19	23	12
Totais	76	183	75	77	53	20	221	36

4.3. Normas e regulamentos elaborados e aprovados

Durante o exercício de 2016, foram implementadas como obrigatórias a adoção das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados, promulgadas pela IAASB, comissão de normas internacionais de auditoria e de garantia de fiabilidade cujos trabalhos se desenvolvem sob os auspícios da IFAC-International Federation of Accountants, que nos anos anteriores foram aprovadas.

4.4. Credenciação profissional

As Cédulas Profissionais têm a validade de um ano, e, normalmente, as Cédulas referentes a um determinado ano tem validade até 31 de Março do ano seguinte. Em 2016 foram solicitadas, a emissão ou renovação de 115 Cédulas Profissionais de Contabilistas e Auditores Certificados.

4.5. Comunicação e imagem

a) O website da OPACC www.opacc.cv vem funcionando em pleno com informações atualizadas e notícias sobre os Regulamentos e as Atividades da Ordem, incluindo os concernentes ao processo de admissão, mormente programas e calendário dos exames para Contabilista e para Auditor Certificados, listas de candidatos, enunciados e resultados das provas, etc.

b) Relativamente aos Prémios OPACC decidiu-se por um evento no ISCEE, em que participaram todos os patrocinadores e daí a atribuição de prémios com referência ao ano transacto ou seja ao ano letivo 2015-16. No entanto sempre que são atribuídos os prémios Engenheiro António Lopes Canuto, destinado aos melhores alunos dos Cursos de Licenciatura em Contabilidade e Auditoria, bem como o Prémio Professor Guilherme Dias Chantre, destinado aos melhores alunos dos Cursos de Contabilidade das Escolas Técnicas do país, há sempre uma cerimónia em que estão presentes os Patrocinadores, o Presidente do Conselho Diretivo ou de outro Órgão da Ordem, os representantes dos estabelecimentos de ensino e familiares e amigos dos premiados.

c) Foram emitidas e endereçadas aos Associados e sociedades registadas na Ordem, através do seu endereço de correio eletrónico, várias Circulares versando assuntos diversos e relevantes, tais como: quotas em atrazo; projeto de revisão do Estatuto; convocatórias para Assembleias-gerais; socialização de anteprojetos de IRPS e IRPC e de alterações ao CIVA; divulgação de cursos, conferências, workshops e mesas redondas; avisos de concursos, pedidos de manifestação de interesse e pedido de nomeações judiciais de peritos; pedido de regularizaçãode quotas; mensagem de Boas Festas do Presidente do Conselho Diretivo, etc. As circulares estão disponíveis na área privada dos Associados no sítio da Ordem na Internet.

d) Foram publicados no Boletim Oficial a Lista Nacional dos Contabilistas e Auditores Certificados, em situação regular perante a Ordem, e em efetivo exercício das funções, portanto, os únicos autorizados a exercer a respetiva profissão de Contabilista ou Auditor Certificado, no território nacional, e as Deliberações que respeitam os exames para Contabilista e Auditor Certificado; bem como o Relatório de Atividades de 2016 e o Plano de Atividades e Orçamento para 2017, no sítio da Ordem na Internet.

4.6. Relações institucionais

a) A OPACC remeteu à DGCI e às Repartições de Finanças, Casa do Cidadão, Câmaras de Comércio, Magistraturas Judicial e do Ministério Público e Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação a Lista Nacional dos Contabilistas e Auditores Certificados autorizados a exercer atividade em todo o território nacional, solicitando a sua colaboração na verificação do cumprimento da lei, e desta forma defender o interesse público.

b) A OPACC solicitou, por algumas vezes, encontros com o Ministério das Finanças e do Planeamento, para se tratar de assuntos importantes, como a aprovação do projeto de revisão do Estatuto da Ordem, que carece de adaptação à Lei das Associações Públicas Profissionais e de modernização e adequação às regras das organizações internacionais da profissão, e também da publicação do Relatório ROSC A&A Cape Verde, sobre a situação da contabilidade e da auditoria no país, entre outros assuntos, os quais infelizmente não foram agendados no exercício.

4.7. Relações de cooperação e parceria

a) Durante o exercício de 2016 a OPACC iniciou a negociação para estabelecimento de parcerias e protocolos de cooperação com algumas públicas e privadas, no sentido de vir a ser assinados protocolos específicos e nas áreas que lhe interessa.

b) Através dos referidos protocolos que vão ser assinados no decurso do ano seguinte, serão identificadas as áreas de cooperação com as citadas entidades, e estabelecidas as possibilidades de se conseguir benefícios mútuos para as ambas as partes, e que podem beneficiar os Associados da OPACC, indireta e individualmente.

c) Futuramente, a OPACC deverá continuar o processo de estabelecimento de relações de cooperação e parceria com outras instituições congéneres e afins e com sociedades comerciais, que tragam vantagens mútuas para as partes e que beneficiem os membros da Ordem e a própria Ordem, se possível.

4. 8. Relações internacionais

a) Durante o ano 2016, mormente no quarto trimestre, desenvolveram-se diversos contactos com as Organizações de Profissionais Contábeis dos países da CPLP, designadamente a OROC, OCC, IIA, com as Nações Unidas e Plataforma das ONGs, com vista a implementar acções relacionadas com a Sociedade Civil, no que se refere à divulgação, conhecimento das Receitas e Despesas Públicas a nível do OGE, com a ONECCA-Ordre National des Experts-Comptables et Comptables Agréés du Sénégal, com a IASB-International Accounting Standards Board, com a PAFA-Pan African Federation of Accountants e com a IFAC-International Federation of Acountants.

4.9. Desenvolvimento profissional contínuo

a) No âmbito do Plano de Formação da OPACC, para 2016, foram realizados um total de 25 cursos, conferências, mesas redondas e workshops, em temas como; normas contabilísticas específicas; fiscalidade cabo-verdiana; análise económico-financeira de empresas e outras organizações; contabilidade financeira avançada; auditoria financeira-normas internacionais de auditoria clarificadas; ética e deontologia profissional; lavagem de capitais, bens e direitos; regime especial de micro e pequenas empresas, etc., as quais foram frequentadas por cerca de 717 formandos, nas cidade da Praia e do Mindelo.

b) As formações realizadas foram em geral avaliadas de Muito Boas ou até de Excelentes, pelos formandos, e, pelo menos esse facto, transmite uma perspetiva positiva do trabalho realizado pelos formadores selecionados e nos quais pretendemos continuar a apostar.

4.10. Outras atividades e/ou factos relevantes

A grande relevância neste exercício de 2016 deve ser dado ao facto de a OPACC ter sido filiada na PAFA, que se disponibilizou a aceitar a candidatura por merecer, todo o apoio necessário, uma vez que vem cumprindo com as exigências internacionais, no domínio da profissão de Contabilistas e Auditores

5. POSIÇÃO FINANCEIRA E DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

A situação económica e financeira da OPACC, em 2016, evoluiu como esperado, o que permitiu o equilíbrio da tesouraria. Assim, reportamos as seguintes informações, de forma sintética, expressas em CVE.

Total de rendimentos e ganhos do exercício	20.059.929
Total de gastos e perdas do exercício	16.065.757
Superavit do exercício	**3.994.172**

Os rendimentos correspondem, às quotas e taxas de licença debitadas aos membros da Ordem e às jóias e taxas de registo e outras taxas e emolumentos cobrados, nos termos do Regulamento em vigor, os serviços de formação prestados e a venda de livros técnicos, desdobrando-se da seguinte forma:

Propinas de formação	6.674.300
Taxas pagas pelos Associados	9.747.200
Comparticipação do OE	2.450.000
Publicidade Institucional	814.668
Venda de livros técnicos	228.050
Outros rendimentos	534.266
Descontos e abatimentos	(388.555)
Total dos rendimentos	**20.059.929**

Os gastos correspondem, no essencial, aos gastos de funcionamento, gastos diretos com formação e venda de livros e gastos com depreciações e imparidades, conforme política adoptada pela OPACC, sendo:

Gastos com inventários vendidos ou consumidos	149.267
Fornecimentos e serviços de terceiros	7.880.109
Gastos com o pessoal	3.121.438
Imparidades de dívidas a receber	1.521.647
Gastos de depreciação e amortização	2.221.443
Outros gastos e perdas	255.400
Juros e perdas similares suportadas	916.454
Total dos gastos	**16.065.757**

Os fluxos de caixa, no exercício de 2016, sintetizam-se da seguinte forma:

Caixa e bancos no início do exercício	877.305
Recebimentos de clientes	15.245.850
Recebimento do Tesouro	2.450.000
Outros recebimentos	60.000
Fluxos de caixa positivos	**18.633.155**
Pagamentos a fornecedores, pessoal e outros	(11.798.725)
Pagamentos do ativo fixo tangível adquirido	( )
Pagamentos de prestações empréstimo obtido	(1.310.178)
Fluxos de caixa negativos	**(13.108.903)**
Caixa e bancos no fim do exercício	**5. 524.252**

Para melhor compreensão da posição financeira, do desempenho financeiro, dos fluxos de caixa e das alterações no Património da OPACC, durante o exercício de 2016, remetemos para as demonstrações financeiras do exercício, que complementam este Relatório.

6. NOTA FINAL

Em nome dos titulares dos órgãos sociais, dirigimo-nos, finalmente, a todos os membros da OPACC, dizendo-vos que foi um renovado prazer e um grande privilégio desempenharmos, mais um ano, as nossas funções enquanto membros dos órgãos sociais da Ordem Profissional de todos os Auditores Certificados e Contabilistas Certificados cabo-verdianos.

O Conselho Diretivo

ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS - CONSELHO DIRECTIVO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

2016

OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados
NIF Nº 555065502

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2016

Moeda: CVE

RUBRICAS		Data de Referência		
			31-12-2016	31-12-2015
		NOTAS	VALORES	VALORES
ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis				
Edifícios e Outras Construções			23.381.779	24.495.185
Equipamentos administrativos			2.319.037	3.287.942
Outros ativos fixos tangíveis			92.745	166.872
	Total de ativos fixos tangíveis	3	**25.793.561**	**27.949.999**
Ativos intangíveis				
Programa de computador			52.558	117.563
	Total de ativos intangíveis	4	**52.558**	**117.563**
	total do ativo não corrente		**25.846.119**	**28.067.562**
Ativo corrente				
Inventários		5	406.262	325.420
Clientes		6	4.098.001	3.645.693
Fornecedores		7	328.285	328.285
Outras contas a receber		8	224.802	196.702
Diferimentos			-	-
Caixa e depósitos bancários		9	5.524.253	877.305
	Total do ativo corrente		**10.581.603**	**5.373.405**
Total do ativo			**36.427.721**	**33.440.967**
PATRIMÓNIO E PASSIVO				
Património				
Patrimonio inicial			2.250.697	2.250.697
Resultados transitados			19.118.259	17.349.428
Resultado líquido do período			3.994.172	1.768.831
	Total do património	10	**25.363.128**	**21.368.956**
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Financiamentos		11	8.547.239	8.959.383
	Total do passivo não corrente		8.547.239	8.959.383
Passivo corrente				
Adiantamento de clientes/Associados			664.497	684.254
Fornecedores		12	673.970	1.040.766
Estado e outros entes públicos		13	130.051	275.336
Financiamentos		11	412.144	373.078
Diferimentos			-	-
Outras contas a pagar		14	636.692	739.194
	Total do passivo corrente		**2.517.354**	**3.112.628**
Total do passivo			**11.064.593**	**12.072.011**
Total do património e do passivo			**36.427.721**	**33.440.967**

0

O Conselho Diretivo

ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS - CONSELHO DIRETIVO

OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados
NIF Nº 555065502

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2016 e 31 de DEZEMBRO de 2016

Moeda: CVE

RUBRICAS	PERÍODO		
	2016		2015
	NOTAS	VALORES	
Vendas e Prestações de serviços	15	17.075.663	24.366.942
Subsídios de exploração	16	2.450.000	2.500.000
Gastos com inventários vendidos e consumidos	5	-149.267	-627.415
Resultado operacional bruto		**19.376.396**	**26.239.527**
Fornecimentos e serviços externos	17	-7.880.109	-16.335.525
Valor acrescentado bruto		**11.496.287**	**9.904.003**
Gastos com o pessoal	18	-3.121.438	-3.392.228
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	19	-1.521.647	-893.605
Outros rendimentos e ganhos	20	534.266	105.658
Outros gastos e perdas	21	-255.399	-248.162
Resultado antes depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financº e impostos		**7.132.069**	**5.475.666**
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	3	-2.221.443	-2.341.275
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		**4.910.626**	**3.134.391**
Juros e ganhos similares obtidos		-	-
Juros e perdas similares suportados	22	-916.454	-1.365.560
Resultado líquido do período		**3.994.172**	**1.768.831**

O Conselho Diretivo

ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS - CONSELHO DIRETIVO

OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados
NIF Nº 555065502

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2016 e 31 de DEZEMBRO de 2016

Moeda: CVE

DESCRIÇÃO	Notas	PATRIMÓNIO				
		Patrimonio Inicial	Outras Variações no património	Resultados Transitados	Resultado liquido do periodo	Total do património
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2015		2.250.697		15.511.420	1.838.008	19.600.126
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						
Resultado líquido do período					1.768.831	1.768.831
Aplicação do resultado do exercício anterior				1.838.008	-1.838.008	0
Outras alterações reconhecidas no património						
RESULTADO EXTENSIVO	2	0	0	1.838.008	-69.178	1.768.831
OPERAÇÕES RELACIONADAS COM O PATRIMÓNIO NO PERÍODO						
Patrimonio líquido recebido da Comissão Instaladora da OPACC						0
Outras operações relacionadas com o património						
	3	0	0	0	0	0
OUTRAS OPERAÇÕES						
	4	0	0	0	0	0
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2015 1+2+3+4	10	2.250.697	0	17.349.428	1.768.831	21.368.956
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2016						
1		2.250.697	0	17.349.428	1.768.831	21.368.956
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						
Resultado líquido do período					3.994.172	3.994.172
Aplicação do resultado do exercício anterior				1.768.831	-1.768.831	0
Outras alterações reconhecidas no património						
RESULTADO EXTENSIVO	2	0	0	1.768.831	2.225.342	3.994.172
OPERAÇÕES RELACIONADAS COM O PATRIMÓNIO NO PERÍODO						
Patrimonio líquido recebido da Comissão Instaladora da OPACC						0
Outras operações relacionadas com o património						
	3	0	0	0	0	0
OUTRAS OPERAÇÕES						
	4	0	0	0	0	0
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2016 1+2+3+4	10	2.250.697	0	19.118.259	3.994.172	25.363.128

O Conselho Diretivo

OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados
NIF Nº 555065502

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2014 e 31 de DEZEMBRO de 2016

Moeda: CVE

RUBRICAS	PERÍODO		
	2016		2015
	Notas	Valores	Valores
Método directo			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de associados e clientes gerais		15.245.850	19.078.955
Pagamentos aos fornecedores		-8.372.063	-15.839.991
Pagamentos ao pessoal		-3.171.471	-3.254.670
Caixa gerada pelas operações		3.702.316	-15.706
Subsídios de Exploração - OGE		2.450.000	3.675.000
Outros patrocínios e donativos		60.000	50.000
Outros pagamentos/recebimentos		-255.191	2.154.830
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		5.957.126	5.864.124
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-260.224
Ativos intangíveis		-	-37.538
Fluxos de das atividades de Investimento (2)		0	-297.762
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	5.333.338
Outras operações de financiamento			
Juros e rendimentos similares		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-373.078	-9.228.865
Juros e gastos similares		-937.100	-1.331.645
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-1.310.178	-5.227.172
Variação de caixa e seus equivalentes (1 +2+3)		4.646.948	339.190
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		877.305	538.115
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5.524.253	877.305

O Conselho Diretivo

ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS - CONSELHO DIRECTIVO

OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados
NIF Nº 555 065 502

ANEXO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01/01/2016 E 31/12/2016

INTRODUÇÃO

A OPACC - Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, criada através do Decreto-Lei nº 12/2000 de 28 de Fevereiro, cujo Estatuto encontra-se publicado no Boletim Oficial nº 5, I série, de 28 de Fevereiro de 2000, é uma pessoa coletiva de direito público, independente do Estado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem por finalidade e atribuições, no essencial: superintender em todos os aspetos atinentes ao acesso, estatuto e exercício das profissões de auditor certificado e contabilista certificado; promover a obtenção dos mais elevados padrões profissionais e níveis de desempenho; exercer jurisdição disciplinar sobre os seus membros; e defender os interesses, direitos e prerrogativas dos mesmos; bem como propor ou opinar sobre medidas legislativas, regulamentares ou de qualquer outra natureza relativas à contabilidade, às profissões de auditor certificado e de contabilista certificado e aos interesses profissionais e morais dos associados, etc.

A OPACC tem sede na cidade da Praia e jurisdição sobre todo o território nacional, estando distribuídos os poderes de gestão por duas Comissões Regionais, do Barlavento e do Sotavento, e admitindo-se a possibilidade de estas criarem, quando se justificar, secções regionais por ilhas.

NOTA Nº 0 -REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são elaboradas, de acordo com o SNCRF - Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, em vigor em Cabo Verde, o qual foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/2008 de 04 de Fevereiro, seguido da Portaria nº 49/2008 de 29 de Dezembro, que aprova o Código de Contas do SNCRF, bem como do Despacho Normativo nº 1/2008 de 29 de Dezembro, que aprova a Estrutura Conceptual do SNCRF, dos Despachos Normativos nº 2/2008 a 26/2008 de 29 de Dezembro, que aprovam as 25 Normas de Relato Financeiro e do Despacho Normativo nº 27/2008 de 29 de Dezembro, que aprova o Regime Especial para as Pequenas Entidades do SNCRF. São introduzidas ligeiras adaptações, mormente ao Código de Contas e aos Modelos de Demonstrações Financeiras, para fazer face às necessidades de relato da OPACC.

NOTA Nº 1 -RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

1.1. Pressupostos básicos

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Ordem e do regime do acréscimo.

1.2. Comparabilidade

A informação apresentada é comparativa em relação ao período anterior para todas as quantias relevantes relatadas nas demonstrações financeiras.

1.3. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico. As exceções na mensuração de ativos e passivos específicos são referidas nas notas respetivas.

1.3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, acrescido dos gastos adicionais da compra, e eventuais gastos de instalação e outros, até a entrada em funcionamento, líquido das respetivas depreciações acumuladas e imparidades acumuladas.

As depreciações do ativo fixo tangível contabilizadas como gastos, no exercício, são calculadas pelo método das quotas constantes, com aplicação das taxas da tabela a que se refere o n.º 1 da Portaria n.º 3/84, de 28 de Janeiro de 1984, as quais se ajustam à vida útil estimada, sendo:

- Edifícios e outras construções 4%
- Equipamento administrativo 12.5% - 25%
- Outros ativos fixos tangíveis 25% a 33.33%

1.3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os custos incorridos na aquisição de uma licença para 4 utilizadores do MS-Online Small Business. São amortizados à taxa de 33,33%.

1.3.3. Contas correntes a pagar e a receber

As contas correntes a pagar e a receber encontram-se mensurados pelos seguintes critérios:

1.3.3.1. Contas a receber

Em geral, as contas a receber são mensuradas ao justo valor, pelo que deduzidas de eventuais imparidades. No que concerne, particularmente, à conta clientes-associados, sociedades e estagiários, a OPACC adota a política de registar perdas por imparidades no que concerne os saldos com pelo menos cinco meses de antiguidade, quando, previamente contactados, os clientes não regularizem a sua dívida, até o final do sexto mês.

1.3.3.2. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

1.3.4.Inventários

Os inventários são mensurados, inicialmente, pelo preço de aquisição, que inclui o valor da compra e as despesas adicionais incorridas até que a mesma esteja disponível na sede da Ordem, e os inventários finais são mensurados ao custo médio ponderado.

1.3.5. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são mensurados inicialmente pelo seu valor nominal, e em cada data de relato pelo custo amortizado, sendo apresentado no passivo corrente os montantes apagar nos próximos 12 meses e no passivo não corrente os montantes com vencimento superior a 12 meses.

1.3.6. Especializações do Exercício

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos quando gerados e não quando são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "outras contas a receber e a pagar" e "diferimentos".

1.3.7. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e eventuais descobertos bancários que, a existirem, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica financiamentos obtidos em instituições de crédito e sociedades financeiras-descobertos bancários.

1.3.8. Benefícios aos empregados

Em conformidade com o Decreto - Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro de 2007, que aprova o Código Laboral Cabo-verdiano, em vigor a partir de Abril de 2008, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias remuneradas, anualmente, que se vencem no dia 01 de Janeiro de cada ano, representando um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

A OPACC reconhece, em cada exercício, as responsabilidades que concernem aos gastos com as férias vencidas e não gozadas, até o final do mesmo exercício. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas no balanço na rubrica Outras contas a pagar.

Os trabalhadores da OPACC encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Ordem qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.3.9. Património

São incluídos na rubrica património: o património inicial da OPACC, que se refere ao saldo bancário recebido da Comissão Instaladora; os resultados transitados, que compreendem os superavit e deficit dos exercícios precedentes; e o resultado líquido do período. Este último, no exercício seguinte, é transferido para resultados transitados-superavit acumulados ou resultados transitados-deficit acumulados.

1.3.10. Rédito

O rédito das vendas e prestações de serviços compreende o justo valor das vendas e prestações de serviços do exercício, líquido de eventuais impostos, descontos e devoluções. É reconhecido com referência à data da entrega dos bens vendidos ou à fase de acabamento dos serviços prestados. Não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação ou à cobrança dos bens vendidos ou do serviço prestado.

1.4.Gestão de riscos financeiros

1.4.1. Risco cambial

O risco cambial é reduzido na medida que (i) existe uma paridade cambial entre o euro e o escudo (ii) as vendas e prestações de serviço são em escudos (iii) os financiamentos obtidos são em escudos (iii) maior percentagem dos gastos é em escudos e menor percentagem em euros e percentagem insignificante noutras moedas.

1.4.2. Risco de taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Ordem sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem "swaps" de taxas de juro.

1.4.3. Risco de crédito

O risco de crédito é reduzido dado que a Ordem adota o pagamento a pronto ou antecipado e só excecionalmente concede crédito.

1.4.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez é reduzido dado que a Ordem só excecionalmente recorre a crédito bancário de curto prazo.

NOTA Nº 2 – FLUXOS DE CAIXA

O saldo da caixa e equivalentes de caixa, que incluem caixa e depósitos bancários, encontram-se totalmente disponíveis para uso. Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos através dos registos contabilísticos da OPACC.

NOTA Nº 3 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O detalhe dos valores escriturados das rubricas do ativo fixo tangível é o seguinte:

	Escudos			
	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS	TOTAL GERAL
Posição em 1 de Janeiro de 2015				
Valor de aquisição ou reavaliado	27 835 150	6 985 742	377 309	35 198 201
Depreciação acumulada	(2226 559)	(2674 505)	(129 891)	(5030 956)
Valor líquido	**25 608 591**	**4 311 237**	**247 418**	**30 167 246**
Movimentos em 2015				
Valor liquido inicial	25 608 591	4 311 237	247 418	30 167 246
Aquisições	-	260 224	-	260 224
Alienações-valor de aquisição ou reava	-	(271 121)	-	(271 121)
Alienações-depreciação acumulada	-	90 772	-	90 772
Depreciação do exercicio	(1113 406)	(1103 171)	(80 545)	(2297 122)
Valor liquido	**24 495 185**	**3 287 942**	**166 872**	**27 949 999**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015				
Valor de aquisição ou reavaliado	27 835 150	6 974 846	377 309	35 187 305
Depreciação acumulada	(3339 965)	(3686 904)	(210 437)	(7237 306)
Valor liquido	**24 495 185**	**3 287 942**	**166 872**	**27 949 999**
VARIAÇÕES EM 2016				
Valor liquido inicial	24 495 185	3 287 942	166 872	27 949 999
Depreciação do exercicio	(1113 406)	(968 905)	(74 127)	(2156 438)
Valor liquido	**23 381 779**	**2 319 037**	**92 745**	**25 793 561**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016				
Valor de aquisição ou reavaliado	27 835 150	6 974 846	377 309	35 187 305
Depreciação acumulada	(4453 371)	(4655 809)	(284 564)	(9393 744)
Valor liquido	**23 381 779**	**2 319 037**	**92 745**	**25 793 561**

Em 2016 não se verificaram aquisições, abates, transferências ou correções de valores de Ativos Fixos Tangíveis.

As aquisições em 2015 referem-se à compra de 1 servidor para a Sede da OPACC no valor 221.933 ESC e de 1 armário para a contabilidade no valor de 38.291 ESC.

Os abates em 2015 relacionam-se essencialmente com o roubo de equipamentos administrativos na sequência de um assalto às instalações da Delegação Regional de Barlavento.

NOTA Nº 4 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

O detalhe dos valores escriturados das rubricas do ativo fixo tangível é o seguinte:

	Escudos	
	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	**TOTAL**
VARIAÇÕES EM 2015		
Valor liquido inicial	117 563	117 563
Aquisições	-	-
Depreciação do exercicio	(65 005)	(65 005)
Valor liquido	**52 558**	**52 558**

NOTA Nº 5 – INVENTÁRIOS

O detalhe do valor escriturado da rubrica existências é apresentado no quadro seguinte:

	Escudos	
	2016	**2015**
Saldo inicial	325.420	49.487
Compras	223.677	903.348
Stock final	(399 830)	(325 420)
Gastos com inventario vendido e consumido	**149 267**	**627 415**

Referem-se a materiais didáticos e consumíveis diversos no âmbito de realizações de formações organizadas no exercício pela OPACC.

NOTA Nº 6 – CLIENTES

O detalhe do valor escriturado da rubrica clientes é apresentado no quadro seguinte:

	Escudos	
	2016	**2015**
Clientes Gerais - c/c	3 879 732	2 669 458
Associados-auditores certificados	916 067	623 317
Associados-contabilistas associados	12 811 849	10 332 611
Associados-sociedades de auditores certificados	37 500	1 750
Associados-sociedades de contabilistas associados	980 647	760 567
Depósitos a identificar	(7098 806)	(2749 599)
Perdas por imparidades	(7428 988)	(7992 411)
	4 098 001	**3 645 693**

NOTA Nº 7 – FORNECEDORES

O detalhe do valor escriturado da rubrica fornecedores do ativo do balanço, é o seguinte:

		Escudos	
		2016	2015
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	(i)	293 785	293 785
Caução renda - CRB		31 500	31 500
Caução garrafões de água - Tecnicil Industria		3 000	3 000
		328 285	**328 285**

(i) O valor de 293.785 ESC (2.664 €), foi adiantado a uma editora para compra de manuais de auditoria e de contabilidade.

NOTA Nº 8 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe do valor escriturado da rubrica outras contas a receber é apresentado no quadro seguinte:

	Escudos	
Valores a receber	**2016**	**2015**
Devedores diversos	207 702	196 702
Camara Municiapal São Salvador do Mundo	150 000	150 000
João Emanuel Brito de Pina	76 878	76 878
Saldo+	45 000	45 000
CIAC	17 100	-
Maria da Conceição Mendes Landim	16 500	16 500
Luis Caetano	12 500	12 500
Sandra Helena Ascensão Rodrigues	12 000	12 000
Perdas por imparidade	(312 878)	(312 878)
	224 802	**196 702**

NOTA Nº 9 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe do valor escriturado da rubrica caixa e depósitos bancários é o seguinte:

	Escudos	
	2016	2015
Depósitos a ordem	5 514 253	867 305
Caixa pequena - CRS	5 000	5 000
Caixa pequena - CRB	5 000	5 000
	5 524 253	**877 305**

NOTA Nº 10- PATRIMÓNIO

O detalhe do valor escriturado da rubrica património é apresentado no quadro seguinte:

		Escudos	
		2016	2015
Patrimonio inicial	(i)	2 250 697	2 250 697
Resultados transitados	(ii)	19 118 259	17 349 428
Resultados liquidos do período		3 994 172	1 768 831
		25 363 128	**21 368 956**

(i) O valor inscrito na conta património inicial refere-se a fundos recebidos da Comissão Instaladora.
(ii) O valor inscrito na rubrica resultados transitados resulta da diferença entre os Superavit acumulados e os deficit acumulados de exercícios anteriores.

NOTA Nº 11– FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2016 a conta financiamentos obtidos tem a seguinte composição:

	2016			2015		
	Corrente	Não Correntes	Total	Corrente	Não Correntes	Total
Financiamento bancário BCA	412 144	8 547 239	8 959 383	373 078	8 959 383	9 332 461
	412 144	**8 547 239**	**8 959 383**	**373 078**	**8 959 383**	**9 332 461**

O valor inscrito na conta financiamento bancário refere-se ao remanescente em dívida do empréstimo bancário obtido no Banco Comercial do Atlântico em 2013, no valor de 10.000.000 ESC, a uma taxa de juro anual atualizada de 10%, a ser amortizado em 180 prestações mensais e consecutivas, garantido por uma hipoteca de primeiro grau sobre o espaço adquirido.

NOTA Nº 12– FORNECEDORES

O detalhe do valor escriturado da rubrica fornecedores é apresentado no quadro seguinte:

	Escudos	
	2016	2015
INCV	119 584	445 027
Hotel Mar	393 600	393 600
Diversos	160 786	202 139
	673 970	**1 040 766**

NOTA Nº 13- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe do valor escriturado da rubrica estado e outros entes públicos é o seguinte:

	Escudos	
	2016	2015
IUR retido a trabalhadores independentes	101 674	209 062
Contribuições paar o INPS	28 377	45 424
IUR retido nas rendas	-	14 670
IUR retido a trabalhadores dependentes	-	6 180
	130 051	**275 336**

NOTA Nº 14 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O detalhe do valor escriturado da rubrica outras contas a pagar é o seguinte:

		Escudos	
Valores a pagar		2016	2015
Credores por acrescimo de gastos	(ii)	413 250	443 250
Acrescimos por ferias, subsidios de ferias e encargos	(i)	201 216	235 716
Outros credores		22 226	60 228
		636 692	**739 194**

(i) O valor da conta acréscimos por férias, subsídios de férias e encargos reflete a responsabilidade da Ordem com férias do pessoal vencidas e não gozadas até 31-12-2014.

(ii) O valor inscrito na rubrica credores por acréscimo de gastos refere-se a serviços de auditoria as contas referente ao exercício de2014.

NOTA Nº 15 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O detalhe do valor escriturado da rubrica vendas e prestações de serviços compreende as prestações de serviços apresentadas no quadro seguinte:

	Escudos	
	2016	2015
Vendas de livros técnicos	**228 050**	**296 700**
A auditores e sociedades de autidores certificados		
Taxas de inscrição e registo	-	12 500
Quotas e licenças anuais	856 000	836 000
	856 000	**848 500**
A contabilistas e sociedades de contabilistas certificados		
Taxas de inscrição e registo	48 500	131 900
Quotas e licenças anuais	8 497 950	9 190 750
	8 546 450	**9 322 650**
A candiadatos e estagiarios para auditores certificados		
Taxas de admissão e dispensa de estágio	150 000	-
Taxas de estágio	54 000	-
	204 000	-
A candiadatos e estagiarios para contabilistas certificados		
Taxas de exame	37 500	-
Taxas de admissão e dispensa de estágio	40 000	697 500
Taxas de emissão de declarações	-	-
	77 500	**697 500**
Outras taxas e emolumentos		
Taxas de emissão de cedulas profissionais	32 250	14 500
Taxas de emissão de certidões e declarações	31 000	4 780
	63 250	**19 280**
Propinas de formação	6 674 300	11 268 042
Publicidade institucional	814 668	2 562 500
	7 488 968	**13 830 542**
Descontos e abatimentos	(388 555)	(574 730)
Devolução de prestações de serviços	-	- 73 500
Total	**17 075 663**	**24 366 942**

NOTA Nº 16 – SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O detalhe do valor escriturado na rubrica subsídios à exploração é apresentado no quadro seguinte:

	Escudos	
	2016	2015
Verba do OGE comparticipação serviço publico prestado	2 450 000	2 450 000
Outros patrocinios	-	50 000
	2 450 000	**2 500 000**

NOTA Nº 17– FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe do valor escriturado da rubrica fornecimento e serviços externos é o seguinte:

		Escudos	
		2016	2015
Honorários	(vi)	2 503 838	4 372 010
Deslocações e Estadas	(v)	1 207 341	4 154 270
Rendas e alugueres de instalações	(ii)	616 200	962 700
Outros Fornecimentos e Serviços Diversos		559 410	145 977
Coffee break nas ações de formação		529 595	489 911
Serviços de informatica		455 375	373 150
Comunicação	(iii)	394 507	542 929
Seguros	(iv)	316 171	244 183
Electricidade		298 378	278 206
Despesas de condomínio		231 000	252 000
Material de Escritório		119 876	95 995
Despesas com exames		104 784	110 105
Serviços bancários		95 786	139 388
Limpeza, Higiene e Conforto		95 439	79 005
Serviços referentes a Web Site		92 600	170 820
Conservação e Reparação		56 259	106 217
Agua		54 508	95 675
Despesas de Representação	(viii)	49 106	722 382
Publicidade e propaganda	(i)	37 455	1 864 977
Equipamento de baixo valor		14 900	2 505
Artigos para oferta		14 520	261 400
Aluguer viatura		13 200	8 085
Transporte de inventarios e materiais diversos		12 230	28 760
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido		2 886	14 695
Contenciosos e Notariado		1 864	1 500
Livros e Documentação Técnica		1 000	-
Serviços de consultoria	(vii)	-	613 956
Royaties		-	123 754
Serviços de emissão de cédulas profissionais		-	74 750
Combustível e Outros Fluidos		-	5 000
Despesas com reuniões		-	1 220
		7 878 228	**16 335 525**

(i) O valor inscrito na conta publicidade e propaganda, refere-se a publicações avisos e anúncios em jornais e boletim oficiais, assim como material para o I congresso OPACC.

(ii) O valor inscrito na conta rendas e alugueres de instalações refere-se, ao valor do arrendamento do escritório da CRB-Mindelo, arrendamento da instalação na CRB-Espargos e o restante valor de refere-se a alugueres de salas para formações.

(iii) O valor inscrito na conta comunicação, referem-se essencialmente aos gastos com serviços postais, telefone e internet.

(iv) O valor inscrito na conta de seguros, refere-se no essencial, ao seguro de responsabilidade civil dos associados referente aos meses de janeiro a dezembro de 2016, ao seguro de incêndio dos meses de janeiro a dezembro de 2016, das instalações da OPACC, no Conselho Regional de Sotavento e no Conselho Regional de Barlavento.

(v) O valor inscrito na conta de deslocações e estadas refere-se a gastos com deslocações, alojamento e refeições dos formadores e dos membros dos órgãos sociais para participação em reuniões.

(vi) O valor inscrito na rubrica honorários referem-se essencialmente aos gastos com serviços prestados por formadores, serviços de contabilidade, auditoria, jurídicos, de traduções e de realização e supervisão de exames. O valor significativo em 2015 corresponde sobretudo aos gastos com formadores.

(vii) O valor inscrito na rubrica consultoria refere-se aos serviços de elaboração de uma norma, regulamento e guia de controlo de qualidade de serviços contábeis.

(viii) O valor inscrito nesta rubrica em 2015, refere-se essencialmente com a gastos relacionados com a realização do I congresso da OPACC.

NOTA Nº 18 – GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe do valor escriturado da rubrica gastos com o pessoal é o seguinte:

	Escudos	
	2016	**2015**
Salários de ordenados	2 066 907	2 269 815
Encargos sobre remunerações	356 262	360 806
Outras remenerações	340 000	12 876
Transporte de pessoal	194 934	193 440
Indemnizações	120 000	-
Conversão de férias	21 909	47 216
Formação	15 000	-
Seguro obrigatório acidentes de trabalho	6 426	10 806
Premios e incentivos	-	74 769
Subsidio Natal	-	30 000
Subsidios de refeições	-	343 500
Subsidios de isenção de horário	-	49 000
	3 121 438	**3 392 228**

NOTA Nº 19 – IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

O detalhe do valor escriturado da rubrica imparidades de dívidas a receber é o seguinte:

	Escudos	
	2016	2015
Imparidade em dívidas a receber (i)	**1 521 647**	**893 605**

(i) As imparidades de dívidas a receber derivam da aplicação da política da OPACC de registar perdas por imparidades no que concerne os saldos dos clientes-associados, sociedades e estagiários, com pelo menos cinco meses de antiguidade, quando, previamente contactados, os clientes não regularizem a suas dívidas, até o final do sexto mês

NOTA Nº 20 – OUTROS RENDIMENTOS

O detalhe do valor escriturado na rubrica outros rendimentos é apresentado no quadro seguinte:

		Escudos	
		2016	2015
Rendimentos suplementares	(i)	505 000	100 000
Outros não especificados		29 266	5 658
		534 266	**105 658**

(i) O valor contabilizado na rubrica rendimentos suplementares refere-se a cedência de sala, na academia da OPACC.

NOTA Nº 21 – OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe do valor escriturado na rubrica outros gastos e perdas é o seguinte:

	Escudos	
	2016	2015
Quotizações	201 238	-
Impostos	54 162	56 227
Abates	-	187 748
Correções de periodos anteriores	-	3 611
Outros	-	576
	255 400	**248 162**

As quotizações relacionam-se com quota anual paga à PAFA – Pan-AFrican Federation of Accountants.

Os abates registados em 2015 relacionam-se com o descrito na Nota 3.

NOTA Nº 22 – JUROS E PERDAS SIMILARES

O detalhe do valor escriturado da rubrica juros e perdas similares é o seguinte:

	Escudos	
	2016	2015
Juros de financiamentos obtidos	916 454	1 275 153
Outros juros	-	39 492
Outras perdas de financiamento	-	50 915
	916 454	**1 365 560**

NOTA Nº 23 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os movimentos efetuados no exercício são os seguintes:

ACRÉSCIMO DE GASTOS

	Escudos	
	2016	2015
1-Acrescimo de gastos		
Serviços de contabilidade	240 000	270 000
Serviços de auditoria	173 250	173 250
Férias e ecnargos	137 538	137 538
Total	**550 788**	**580 788**

NOTA Nº 24 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS NEM DIVULGADOS NOUTRAS NOTAS

Não são esperados quaisquer passivos significativos decorrentes de passivos contingentes.

NOTA Nº 25 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não foi identificada nenhuma.

NOTA Nº 26- OUTRAS INFORMAÇÕES CUJAS DIVULGAÇÕES SEJA CONSIDERADA RELEVANTE PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

Não foi identificada nenhuma.

O PCD

ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS - CONSELHO DIRECTIVO

Adalberto de Oliveira Mendes
Auditor Certificado nº 0007 pela
Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas de Cabo Verde

Ao Conselho Diretivo da OPACC
Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas de Cabo Verde
Achada Santo António - Cidade da Praia
República de Cabo Verde

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião com Reservas

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados (adiante designada OPACC) que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de Ativo Líquido de ESC 36 427 721 e um total de Património de ESC 25 363 128, incluindo um Resultado Líquido positivo de ESC 3 994 172, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas explicativas anexas às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas mais significativas.

2. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na seção "Bases para a Opinião com Reservas", mencionados nos pontos subsequentes 3. e 4., as Demonstrações Financeiras anexas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da OPACC, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Relato Financeiro em Cabo Verde.

Bases para a Opinião com Reservas

3. Para a confirmação de saldos de entidades externas, foi feito a circularização e, do resultado obtido, constatou-se que, existe alguma limitação na validação real dos saldos devedores, em referência circularizados a Clientes (ESC 4 098 001), Adiantamento a Fornecedores (ESC 328 285) e Outras Contas a Receber (ESC 224 802), assim como, nos saldos credores de Adiantamento de Clientes

(ESC 664 497), Adiantamento de Fornecedores (ESC 673 970) e Outras Contas a Pagar (ESC 636 692). Assim sendo, não nos foi possível concluir sobre a exatidão dos saldos mencionados, o que nos impõe alguma reserva na validação real do montante em referência.

4. Relativamente à rubrica Outras Contas a Pagar, constatamos na conta depósitos não identificados, na data de 31/12/2016, o valor de ESC 7 098 806 deduzidos ao saldo de Clientes, que possivelmente, correspondem a depósitos de clientes. No entanto, não conseguimos concluir sobre a razoabilidade dos mesmos e o efeito do ajustamento/reclassificação que poderá ter na apresentação das demonstrações financeiras, uma vez que, condiciona a nossa opinião sobre a razoabilidade das informações constantes nas demonstrações financeiras, pois a mesma, dependerá essencialmente, das evidências, o que não nos foi possível emitir uma opinião.

5. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas, estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo.

6. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Declaração Explícita de Independência do Auditor em Relação aos Princípios Éticos

7. Somos independentes da OPACC, de acordo com os requisitos do Código de Ética e Deontologia da Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos.

Matérias Relevantes de Auditoria

8. As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das Demonstrações Financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

9. Para além das matérias relevantes referidas na seção "Bases para a Opinião com Reservas" não existem outras matérias relevantes consideradas no âmbito da nossa auditoria.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Auditoria - Relatório de Gestão

10. O Conselho de Administração da OPACC é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão. A nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras, abrange o conteúdo da informação constante do Relatório de Gestão e expressamos nossa opinião que, a informação constante do Relatório de Gestão, é concordante com as Demonstrações Financeiras do exercício.

11. Em conjunto com a auditoria sobre as Demonstrações Financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, ao fazê-lo, considerar se a informação constante do Relatório de Atividades é materialmente inconsistente com as Demonstrações Financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

12. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

13. O Conselho de Administração da OPACC é o responsável pela preparação e apresentação destas demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relado Financeiro em vigor em Cabo Verde, pela implementação e manutenção de um sistema de controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de Demonstrações Financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados.

14. Quando se prepara Demonstrações Financeiras, o Conselho de Administração da OPACC é responsável por avaliar a capacidade da organização de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

15. Os responsáveis eleitos na OPACC, são responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

16. Os nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras tomadas como um todo estão livres de distorções relevantes causada por fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista.

17. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes se, individualmente ou em conjunto, se possam influenciar decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas Demonstrações Financeiras.

18. Como parte de uma auditoria de acordo com as normas internacionais de auditoria (ISAs), exercemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de forma compatível com o objetivo de adequada apresentação;
- Comunicamos com os responsáveis da organização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, devido a fraude ou a erro, planeamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

  O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos entendimento do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da organização;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;

Adalberto de Oliveira Mendes
Auditor Certificado nº 0007 pela
Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas de Cabo Verde

- Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da organização para dar continuidade às suas atividades.

  Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas nas evidencias de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a que a organização descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação geral, estrutura e conteúdo global das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações, e se essas Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e eventos compatíveis de apresentação adequada;
- Fornecemos também ao Conselho de Administração, a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente a nossa independência, incluindo, quando que aplicável as respetivas salvaguardas.

Praia, 31 de Maio de 2017

Adalberto de Oliveira Mendes

Auditor Certificado - Nº de inscrição 0007

PARECER E RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA OPACC CV

Exmos. Senhores
ASSOCIADOS DA OPACC – ORDEM PROFISSIONAL
DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS
Cidade da Praia

Assunto: **PARECER ÀS CONTAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Exmos. Senhores

I. Ao abrigo das competências do Conselho Fiscal, constantes do artº 52º dos Estatutos da OPACC – Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados de de Cabo Verde, analisamos as demonstrações financeiras da Ordem, com sede na cidade da Praia, ilha de Santiago, anexas a este relatório e constituídas por balanço, demonstração dos resultados por natureza e o mapa de fluxo de caixa, respeitante ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2016, concluímos terem sido as mesmas peças elaboradas de acordo com o SNCRF – Sistema Nacional de Contabilidade e Relato Financeiro de Cabo Verde, foram produzidos recomendações e outros procedimentos que achamos pertinentes, para opinarmos sobre as mesmas.

A elaboração e apresentação das peças acima identificadas é da responsabilidade do Conselho Directivo e a nossa responsabilidade consiste em expressarmos a nossa opinião como Conselho Fiscal da OPACC CV, sobre actividade e contas de 2016 com base no exame que realizámos e o acompanhamento que demos a Ordem durante os exercícios em questão:

I – Dentro das funções comedidas ao Conselho Fiscal, não participamos em nenhuma reunião da Assembleia Geral ou do Conselho Directivo, no entanto, tivemos acesso as actas comunicados de 2016, tendo concordado com as deliberações emanadas das reuniões. Através da Administração Financeira tomamos conhecimento de todos os actos de rotina da Ordem em 2016. No entanto, o atraso verificado na actualização dos registos das contas de 2016 condicionou o desempenho dos órgãos sociais.

II – Consultamos o relatório de auditoria e tiramos as seguintes recomendações para actuação do Conselho Directivo nos exercícios seguintes:

2.1 –As contas a Pagar – Depósitos não identificados de 7,098,806.00, distorce informações do Balanço pelo que aconselhamos que um analista de contas faça esse trabalho, podendo ser o contabilista da Ordem
2.2 – Imparidades no valor de 7,428,988.00 correspondem cerca de 40% das dívidas a receber dos associados (clientes)
2.3 – As disponibilidades no valor de 5,524,253.00, devem ser parcialmente aplicadas (Depósitos a Prazo e/ou renegociação do financiamento bancário)

III – Apesar das nossas recomendações estamos convictos que as DF´s – Demonstrações Financeiras traduzem nos aspectos materialmente mais relevantes a situação patrimonial e financeira da OPACC de forma verdadeira e apropriada

IV - Tendo em conta os exames e análises efectuados e reservas de auditoria, a nossa opinião é favorável a aceitação de: (i) Demonstrações Financeiras de 2016 com um Activo de 36,427,721.00, um Património de 25,363,128.00 e um Passivo de 11,064,593.00; (ii) Relatório de Auditoria Financeira iii) Relatório do Conselho Directivo e que serviram de base para produção deste relatório do Conselho Fiscal

Mindelo, Julho de 2017

O Conselho Fiscal da OPACC

-Manuel de Jesus Monteiro-
Presidente

-António Carolino Querido dos Reis Borges-
Vice-Presidente

-Armando Ferreira Querido Semedo-
Vogal

-Sónia Lima dos Santos-
Vogal